

CADERNOS ODS

ODS 1

ACABAR COM A POBREZA EM
TODAS AS SUAS FORMAS,
EM TODOS OS LUGARES

O QUE MOSTRA O RETRATO DO BRASIL?



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes



Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto

Manoel Rodrigues dos Santos Junior

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura, Substituto

Bruno César Pino Oliveira de Araújo

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Equipe técnica

Enid Rocha Andrade da Silva (coordenadora)

Anna Maria Peliano

José Valente Chaves

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

APRESENTAÇÃO

A publicação *Cadernos ODS* foi criada pelo Ipea para divulgar estudos e pesquisas que visam contribuir para o esforço nacional de alcançar os desafios lançados durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 2015, na qual 193 Estados-membros aprovaram o documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Essa agenda, proposta para ser implementada a partir de 2016, é um plano de ação que parte do reconhecimento de que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. Nela foram estabelecidos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, cujo alcance requererá uma parceria global, com o engajamento de todos – governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas.

Para coordenar a implementação da Agenda 2030 no Brasil, foi criada a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), que atribuiu ao Ipea a função de assessoramento técnico permanente aos seus trabalhos. Foi no cumprimento dessa atribuição que o instituto coordenou, em 2018, o processo de adequação das metas globais à realidade brasileira, considerando as estratégias, os planos e as políticas nacionais que podem promover a garantia do desenvolvimento sustentável na próxima década. Merece destaque o pioneirismo dessa iniciativa, que coloca o Brasil em um grupo seleto de países do mundo que passam a dispor de um instrumento que contribui para a incorporação dos ODS nas políticas e prioridades nacionais, mantendo a abrangência e a ambição da proposta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Dando continuidade aos seus trabalhos para a Comissão Nacional, o Ipea divulga agora, por meio dos *Cadernos ODS*, uma série de análises sobre as linhas de base dos indicadores de monitoramento das metas e uma breve avaliação dos principais desafios que o país precisa enfrentar para implementar a Agenda 2030 no período previsto.

Nesse documento, que ora se divulga, é apresentado um diagnóstico sobre a situação do país em relação ao ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. O trabalho foi elaborado a partir dos indicadores disponíveis para os anos mais recentes, cuidando-se de informar sobre a sua evolução no período imediatamente anterior à vigência da Agenda 2030. Ademais, destacaram-se políticas públicas relevantes para os resultados observados, buscando, sempre que possível, identificar as lacunas existentes no campo da atuação governamental.

Com essa publicação, o Ipea reafirma o seu compromisso com a agenda do desenvolvimento sustentável, em linha com os princípios da “prosperidade compartilhada” e de “não deixar ninguém para trás”.

Enid Rocha Andrade da Silva

Representante do Ipea na Comissão Nacional dos ODS –Segov/PR

1 INTRODUÇÃO

Pedro H. G. Ferreira de Souza¹

Fabio M. Vaz²

A definição do primeiro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) parte do sucesso obtido com a redução da pobreza extrema no período 1990-2015, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e dá um passo além, com metas mais ambiciosas. Enquanto o ODM pregava a redução à metade das taxas de pobreza extrema e de fome e a promoção do pleno emprego, o ODS postula a erradicação da pobreza extrema até 2030, ao lado de uma série de outras metas que tratam de aspectos relacionados, como a construção de sistemas de proteção social efetivos, a redução da vulnerabilidade a riscos ambientais, econômicos e/ou sociais e a garantia de acesso a serviços básicos e recursos econômicos.

Em suma, mais do que objetivos pontuais, o primeiro ODS, assim como os demais, oferece ao mundo uma agenda de desenvolvimento sustentável compartilhada globalmente para superar os grandes riscos ambientais, econômicos e sociais que o ameaçam.

O propósito deste documento é elaborar o diagnóstico inicial do Brasil nessa caminhada, ou seja, retratar nosso ponto de partida, conforme caracterizado pelos indicadores do primeiro ODS. Para isso, serão apresentados e analisados não somente metas e indicadores globais, mas também metas e indicadores nacionais, provenientes do esforço coletivo dos grupos de trabalho coordenados pelo Ipea para adequar os ODS à realidade brasileira. No que diz respeito às metas nacionais, a proposta de adequação partiu do entendimento de que, em diversos aspectos, o Brasil tem condições de ir além das exigências ditadas pelas metas globais dos ODS.³ Quanto aos indicadores, o objetivo foi aproximá-los das desagregações mais relevantes para nossa realidade, bem como aprimorá-los para refletirem mais fielmente nosso arcabouço institucional.

A tabela 1 faz um balanço quantitativo do trabalho de adequação para o primeiro ODS. Foram feitas alterações em seis das sete metas globais, mas nenhuma meta nacional foi criada, de modo que o primeiro ODS permanece com cinco metas finalísticas e duas metas de implementação. Leitores interessados podem consultar o anexo A para a lista e a descrição completa das metas globais e nacionais.

TABELA 1

Resumo da proposta de adequação de metas do ODS 1

Total de metas	Metas que se aplicam ao Brasil	Metas adequadas à realidade nacional	Metas finalísticas	Metas de implementação	Metas criadas
7	7	6	5	2	0

Elaboração dos autores.

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc do Ipea.

3. A proposta de adequação das metas globais à realidade nacional resultou de trabalho coletivo que envolveu, na primeira etapa, 75 órgãos governamentais e centenas de gestores e técnicos do governo federal, sob a coordenação do Ipea. Posteriormente, a proposta foi submetida à consulta pública, e o Ipea buscou agregar, sempre que possível, as sugestões apresentadas. No momento, ela está em análise no âmbito da Comissão Nacional dos ODS.

A tabela 2, por sua vez, apresenta os números relativos aos indicadores. Nesse caso, o processo de adequação implicou a criação de oito novos indicadores nacionais, que vieram a se somar aos quatorze indicadores globais pactuados com as Nações Unidas. No entanto, nem todos puderam ser calculados para este primeiro relatório. Até o momento, apenas três dos quatorze indicadores globais e sete dos oito indicadores nacionais puderam ser estimados. O anexo B contém a lista completa de indicadores globais e nacionais, bem como sua condição de disponibilidade. De modo geral, os indicadores indisponíveis podem ser divididos em dois grupos. De um lado, estão aqueles indicadores que só não podem ser estimados por falta de informações, isto é, tipicamente considerados como *Tier II* na classificação oficial. De outro, estão os indicadores que sequer possuem definição conceitual e operacional consolidada, ou seja, indicadores *Tier III*. Em ambos os casos, seu cálculo e seu monitoramento somente poderão ser feitos mais adiante, conforme os consensos metodológicos forem firmados e/ou os dados necessários forem coletados.

TABELA 2

ODS 1: quadro-resumo dos indicadores globais e nacionais

Indicadores globais (ONU)		Indicadores nacionais (Ipea)	
Propostos	Calculados	Propostos	Calculados
14	3	8	7

Elaboração dos autores.

A inexistência de indicadores dificulta a construção de uma linha de base, em especial porque, como se depreende do anexo B, apenas duas das sete metas globais (metas 1.1 e 1.5) e três das seis metas nacionais (metas BR1.1, BR1.2 e BR1.3) possuem algum indicador já pronto. Adicionalmente, nem sempre os indicadores estão disponíveis para o período de referência do ODS (2016-2030). Indicadores calculados a partir de pesquisas que não são conduzidas anualmente – como a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) ou a Pesquisa de Informações Municipais (Munic), conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela última vez em 2013 – sofrem desse problema. Para evitar lacunas, este texto usa sempre a última informação disponível, mesmo que seja anterior a 2016. Felizmente, a maior parte dos indicadores do primeiro ODS baseia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) ou em estatísticas administrativas que não têm essa limitação.

Dessa forma, este documento analisa somente os indicadores já disponíveis. Para facilitar a leitura, as fichas técnicas dos dez indicadores discutidos ao longo do texto são apresentadas no anexo C, enquanto o anexo D traz os valores calculados para todos os indicadores, com suas desagregações.

O resto do texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 elabora o diagnóstico das metas com base nos indicadores disponíveis; a seção 3 descreve os programas e as políticas existentes relacionados ao primeiro objetivo dos ODS; e a seção 4 resume as principais conclusões deste documento. Os anexos A a D detalham as metas e os indicadores globais e nacionais.

2 ODS 1: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Meta 1.1 (Nações Unidas) – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.

Meta 1.1 (Brasil) – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia.

A meta global 1.1 do ODS prevê, até 2030, a erradicação da pobreza extrema, medida pela linha internacional de US\$ 1,90 *per capita* por dia, em dólares internacionais de 2011 (PPC\$ 2011),⁴ calculada pelo Banco Mundial para representar a linha de pobreza típica dos países mais pobres do mundo. Em 2017, a linha de US\$ 1,90 por dia era equivalente a cerca de R\$ 140 mensais.

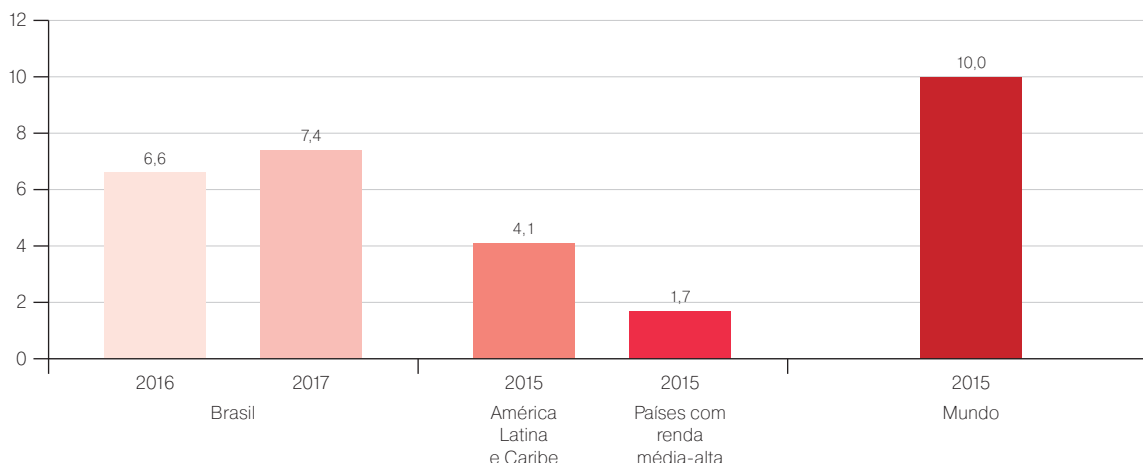
O único indicador da meta global 1.1 é a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, a incidência da pobreza (indicador 1.1.1). O gráfico 1 traz os resultados mais recentes deste indicador para o Brasil, bem como as estimativas para a América Latina e Caribe, para o conjunto de países com renda média-alta e para o mundo como um todo.

O valor-base desse indicador foi de 6,6% em 2016. Em função da recessão, houve um aumento de 0,8 pontos percentuais (p.p.) na pobreza extrema no Brasil, de modo que em 2017 tínhamos 7,4% da população – pouco mais de 15 milhões de pessoas – abaixo da linha internacional de US\$ 1,90 *per capita* por dia. Com efeito, a crise econômica e política vivida desde 2015 reverteu a tendência da década anterior, marcada por uma prolongada queda da pobreza extrema. Infelizmente, não é possível comparar diretamente os números para 2016 e 2017 com os dos anos anteriores, devido a mudanças metodológicas nas pesquisas domiciliares brasileiras.⁵

GRÁFICO 1

Indicador 1.1.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 1,90 *per capita* por dia no Brasil e em grupos de países selecionados (2015-2017)

(Em %)



Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019) e World Development Indicators (The World Bank, 2018).

4. Embora a meta faça referência explícita à linha de US\$ 1,25 *per capita* por dia, a última atualização do Banco Mundial – curador desta meta – elevou a linha de referência para US\$ 1,90 *per capita* por dia.

5. A série histórica sobre incidência da pobreza no Brasil utilizava dados da antiga PNAD, que foi descontinuada após a edição de 2015. Essa pesquisa veio a ser substituída pela nova PNAD Contínua, que introduziu diversos refinamentos metodológicos para melhorar a captação dos dados, como novo desenho amostral e reformulação do questionário. Infelizmente, essa quebra metodológica impossibilita a comparação direta entre as duas fontes de dados.

Considerando o patamar observado em 2017, em média, o Brasil precisará reduzir a pobreza extrema em algo entre 0,3 p.p. e 0,4 p.p. por ano para atingir o objetivo de erradicação em 2030.⁶ O desafio em si não é tão remoto: basta lembrar que a pobreza extrema definida pelos ODMs caiu em média cerca de 0,5 p.p. por ano entre 1990 e 2015. Contudo, a deterioração do indicador entre 2016 e 2017 é preocupante e sua reversão em um cenário de recuperação econômica, lenta.

As comparações exibidas no gráfico 1 mostram que a incidência da pobreza extrema no Brasil (7,4% em 2017) é maior do que a observada tanto na América Latina e Caribe como um todo (4,1% em 2015) quanto no grupo de países de renda média-alta, que inclui o Brasil (1,7% em 2015). Neste último caso, por sinal, a pobreza extrema já estava em níveis residuais em 2015. Ou seja, nossa elevada desigualdade de renda faz que a incidência da pobreza por aqui seja maior do que em países com renda *per capita* semelhante. Entretanto, estamos à frente do mundo como um todo, cujo percentual (10% em 2015) é fortemente influenciado pela alta incidência da pobreza em países de renda baixa e, em especial, na África subsaariana. De todo modo, a comparação desses indicadores atuais com os de 2030, prazo final dos ODS, servirá como boa medida de sucesso relativo do Brasil no combate à pobreza.

Os dois painéis do gráfico 2 apresentam os índices de pobreza extrema para recortes geográficos e demográficos selecionados. O anexo D traz os números usados na construção dos gráficos, bem como os resultados para outras desagregações.

Como se vê, os números nacionais escondem substancial variação. No gráfico 2A, fica claro que o caminho para a erradicação da pobreza exigirá grandes avanços em áreas rurais. A proporção de pobres extremos nessas áreas cresceu quase 2 p.p. entre 2016 e 2017, ultrapassando 19%, enquanto em áreas urbanas o percentual oscilou em patamar muito mais baixo, aumentando de 4,7% para 5,4%. Dessa forma, os 5,6 milhões de pobres extremos que moram em áreas rurais correspondem a 37% do total de pobres no país, valor desproporcionalmente alto, uma vez que a população rural como um todo soma menos de 15% dos brasileiros.

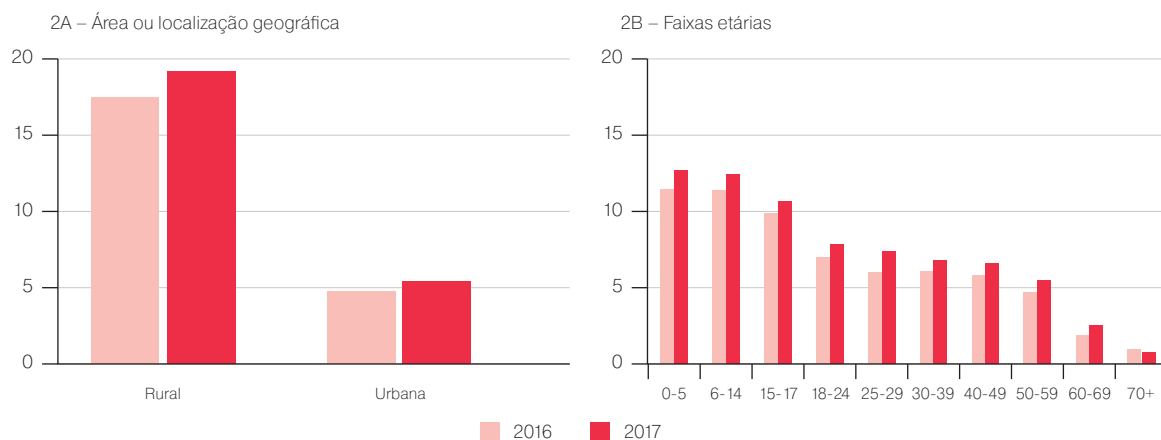
O gráfico 2A ilustra como a pobreza extrema também possui um perfil etário muito nítido, o que exigirá particular atenção de políticas direcionadas às crianças. As taxas superam 10% para as faixas etárias mais jovens, caindo monotonicamente até se tornarem menores do que 1% entre idosos com 70 anos ou mais. Assim como no caso anterior, houve piora em todas as faixas etárias entre 2016 e 2017, mas as posições relativas continuaram idênticas.

6. A erradicação da pobreza, normalmente, é definida em relação a um patamar residual, mas não idêntico a zero. Isso ocorre em função de erros de mensuração, volatilidade de renda e outras idiosincrasias inevitáveis, as quais fazem que seja impossível reduzir literalmente a zero o número de pobres de acordo com as pesquisas domiciliares. Os cálculos no texto seguem a prática convencional de considerar a pobreza como erradicada caso sua incidência caia abaixo de 3%.

GRÁFICO 2

Indicador 1.1.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 1,90 *per capita* por dia para desagregações selecionadas – Brasil (2016-2017)

(Em %)



Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).

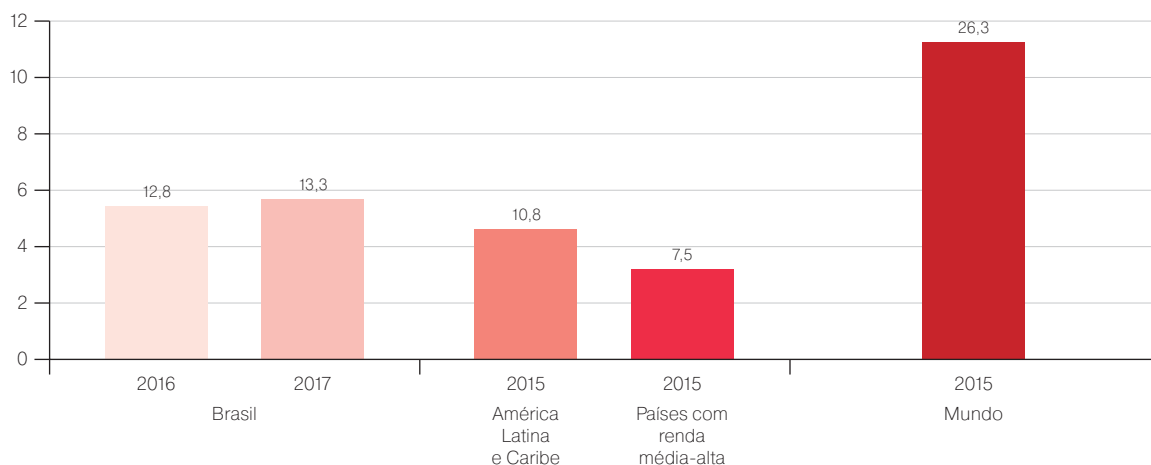
A adequação à realidade brasileira da meta 1.1 partiu do princípio de que a linha internacional de pobreza de US\$ 1,90 *per capita* por dia não reflete o nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil – um país de renda média-alta, segundo a classificação do Banco Mundial. Dessa forma, para aumentar o desafio, mas sem torná-lo implausível, a meta nacional BR1.1 prevê a erradicação da pobreza para a linha de US\$ 3,20 *per capita* por dia, considerada pelo Banco Mundial como uma linha internacional de pobreza para países de renda média-baixa. Em 2017, essa linha de US\$ 3,20 por dia era equivalente a pouco mais de R\$ 236 mensais. Por coincidência, trata-se de valor quase idêntico, naquele ano, a um quarto do salário mínimo, que permanece a referência legal para linha de pobreza em alguns programas sociais brasileiros, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O gráfico 3 compara os números do Brasil com os mesmos grupos de países do gráfico 1 (América Latina e Caribe, países com renda média-alta e mundo). O valor do indicador para a linha de base (2016) foi de 12,8%. Mais uma vez, vê-se que a taxa de pobreza aumentou no Brasil entre 2016 e 2017, chegando a 13,3%, percentual quase duas vezes maior do que o observado para a linha de pobreza da meta global 1.1. Note-se, contudo, que a deterioração em pontos percentuais foi menor para a linha de US\$ 3,20 do que para a de US\$ 1,90, isto é, o ápice da recessão prejudicou mais os mais pobres entre os pobres. Em números absolutos, a quantidade de pobres cresceu de 26,3 para 27,5 milhões entre 2016 e 2017.

GRÁFICO 3

Indicador BR1.1.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 3,20 per capita por dia no Brasil e em grupos de países selecionados (2015-2017)

(Em %)



Fontes: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018) e World Development Indicators (The World Bank, 2018).

A elevação da linha torna o desafio de cumprir a meta mais difícil, embora ainda factível. Até 2030, teremos de reduzir a proporção de pobres em um ritmo médio de 0,8 p.p. por ano, ou seja, precisaremos superar até mesmo o desempenho visto entre 2003 e 2014 na redução da pobreza segundo a definição dos ODMs.

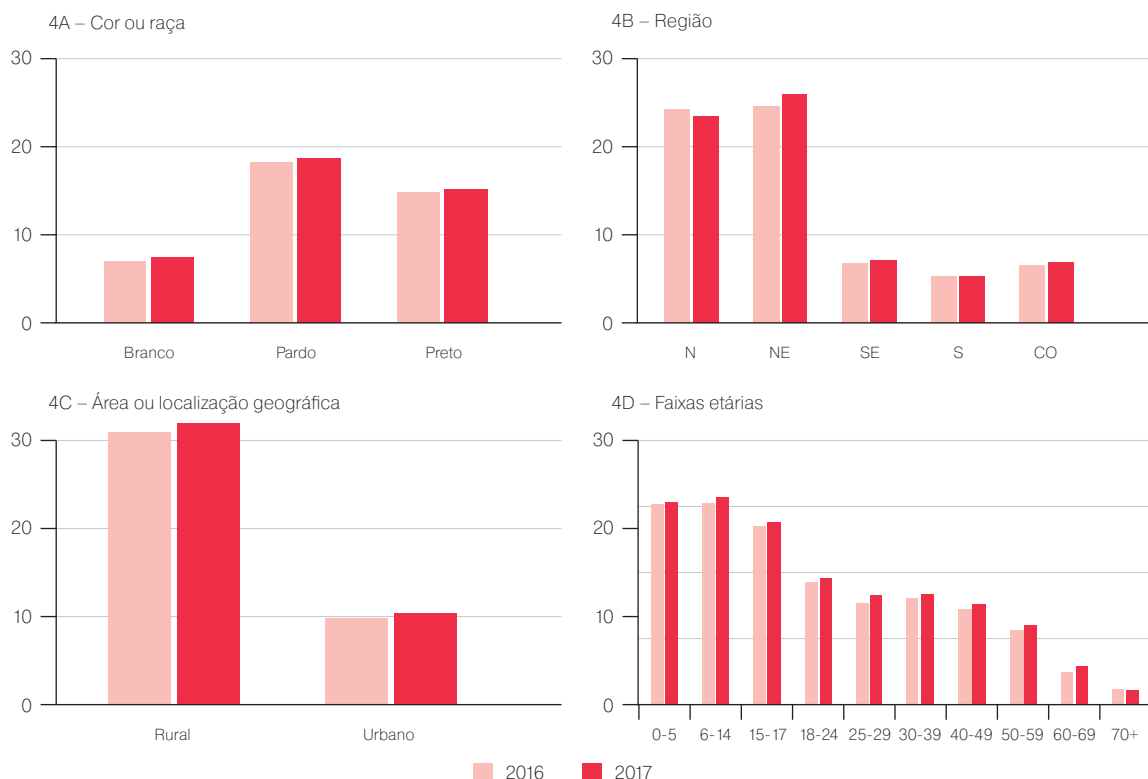
Mais uma vez, o Brasil aparece atrás da América Latina e Caribe e dos países de renda média-alta, embora esteja à frente da média global. Em comparação com os dados anteriores, pode-se ver que as distâncias relativas mudam um pouco: estamos bem à frente dos números globais e não tão longes assim dos outros dois grupos.

A adequação das metas também demandou alterações nos indicadores. No caso da meta BR1.1, foram incluídas no seu único indicador (BR1.1.1) mais desagregações do que as previstas pelo indicador global. O gráfico 4 traz os resultados para algumas desagregações selecionadas, que ilustram o perfil da pobreza no Brasil e delineiam grupos prioritários para políticas de assistência e/ou inclusão.

GRÁFICO 4

Indicador BR1.1.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 3,20 per capita por dia para desagregações selecionadas – Brasil (2016-2017)

(Em %)



Os quatro painéis do gráfico deixam claro que será impossível atingir a meta nacional BR1.1 sem reduções expressivas nas taxas de pobreza entre pardos e pretos, nas regiões Norte e Nordeste, nas áreas rurais e entre crianças de até 14 anos. Evidentemente, essas dimensões não são independentes entre si: por exemplo, pretos e pardos moradores das regiões Norte e Nordeste representam 56% dos 27,5 milhões de pobres no Brasil (de acordo com a definição da meta BR1.1). Ou seja, trata-se de um grupo não só com alta incidência da pobreza, mas também numeroso o suficiente para afetar muito os indicadores nacionais. Argumento semelhante pode ser feito para combinações das outras dimensões.

Meta 1.2 (Nações Unidas) – Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

Meta 1.2 (Brasil) – Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

A meta global 1.2 complementa a 1.1 em dois aspectos: por um lado, é mais ambiciosa ao usar como critério linhas nacionais de pobreza – e não mais a linha internacional –, contemplando, inclusive, os aspectos não monetários do fenômeno; por outro, é realista ao prever a redução à metade da pobreza, não sua erradicação. Entretanto, o Brasil não possui ainda uma definição nacional de cunho oficial para linhas de pobreza monetária e/ou não monetária. Na prática, cada programa social pode usar critérios próprios para definir a pobreza.

Por isso, a adequação da meta 1.2 ao Brasil buscou contornar o problema sem impor nenhuma decisão a respeito de linhas de pobreza oficiais, opção também seguida pelo IBGE para acompanhamento da meta global. Ou seja, por enquanto, diante da inexistência de definições oficiais, tanto a meta global quanto a meta nacional utilizam o mesmo indicador, que toma como referência para a linha de pobreza o valor de US\$ 5,50 *per capita* por dia (em dólares internacionais de 2011). Trata-se da linha de pobreza internacional com valor mais alto calculada pelo Banco Mundial, considerada uma linha típica de países de renda média-alta como o Brasil. Em 2017, a linha de US\$ 5,50 por dia correspondia a R\$ 406 mensais, ou seja, 43% do salário mínimo então em vigor.

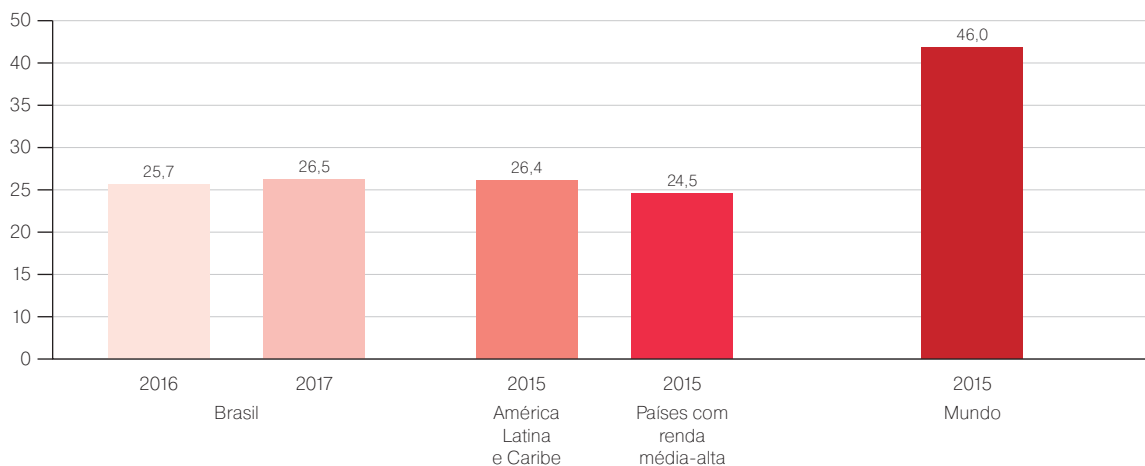
Devido à coincidência temporária entre indicadores, os resultados apresentados adiante servem tanto para a meta global 1.2 quanto para a meta nacional BR1.2. Como nos casos anteriores, o gráfico 5 compara a incidência da pobreza para a linha de US\$ 5,50 no Brasil e em grupos de países selecionados. No nosso caso, a variação entre 2016 e 2017 foi pequena se comparada ao nível desse indicador, que aponta que mais de um quarto da população brasileira – quase 53 milhões de pessoas – estava abaixo da linha de US\$ 5,50 *per capita* por dia em 2016.

Com isso, para atingir as metas global e nacional, será necessário reduzir a incidência da pobreza para 13%, o que representaria, em média, queda de cerca de 1 p.p. por ano até 2030. Para que esse objetivo seja alcançado, precisaremos combinar crescimento vigoroso e redistribuição de renda, pois, isoladamente, nenhuma das duas estratégias terá grande probabilidade de sucesso. Por exemplo, caso a distribuição de renda no Brasil se mantenha idêntica à de 2017, a renda *per capita* precisaria de um crescimento real médio de 4,3% ao ano até 2030 para cumprirmos as metas.

GRÁFICO 5

Indicadores 1.2.1 e BR1.2.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 5,50 *per capita* por dia no Brasil e em grupos de países selecionados

(Em %)



Fontes: Plataforma ODS (IBGE, 2019) e World Development Indicators (The World Bank, 2018)..

A comparação internacional mostra que os resultados para o Brasil estão ainda mais próximos dos observados para a América Latina e para os países de renda média-alta do que na meta anterior. Em todos os três casos, os percentuais ficam em torno de um quarto da população, valor muito mais baixo do que a taxa de pobreza global de 46%.

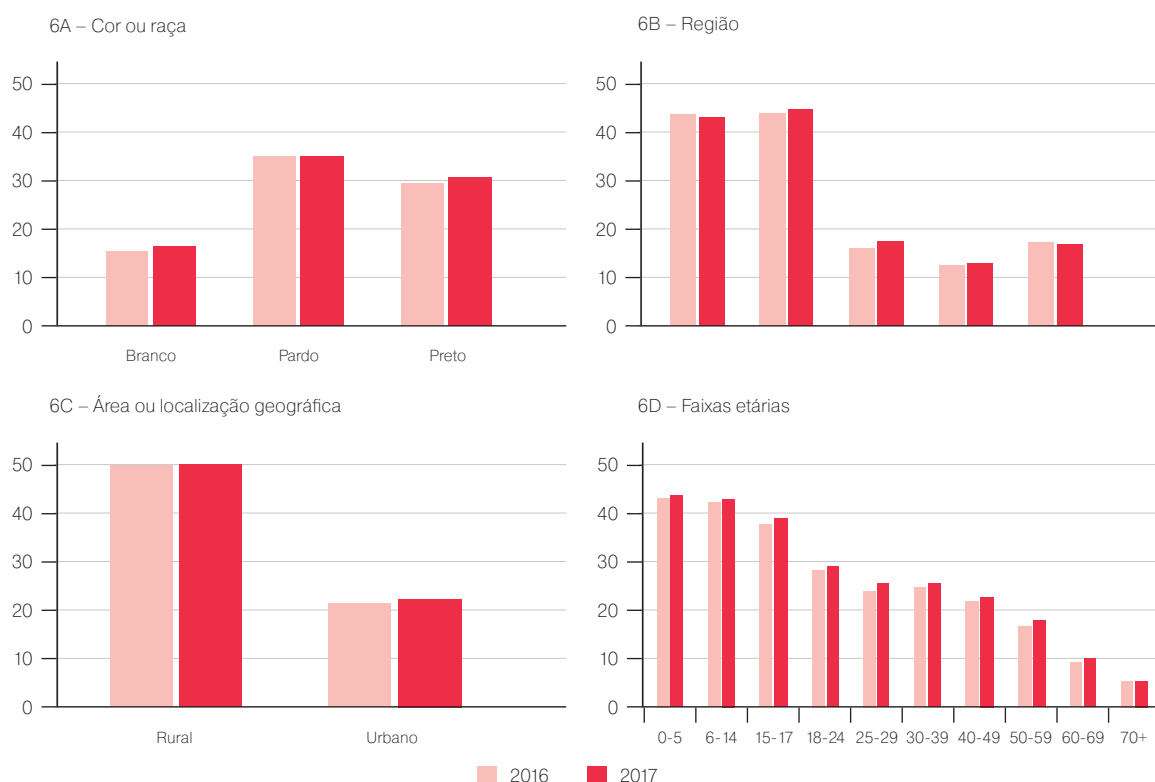
O gráfico 6 completa a análise por desagregações selecionadas para a taxa de pobreza medida pela linha das metas 1.2 e BR1.2 (US\$ 5,50 *per capita* por dia). O mesmo padrão

se destaca com força: a incidência da pobreza é significativamente mais alta entre pardos e pretos, nas regiões Norte e Nordeste, em áreas rurais e entre crianças. Novamente, os percentuais são particularmente distintos nos recortes geográficos, o que sugere que o Brasil somente atingirá as metas se o país avançar na correção de desequilíbrios regionais seculares.

GRÁFICO 6

Indicadores 1.2.1 e BR1.2.1: Incidência da pobreza para a linha de US\$ 5,50 per capita por dia para desagregações selecionadas – Brasil (2016-2017)

(Em %)



Meta 1.3 (Nações Unidas) – Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

Meta 1.3 (Brasil) – Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

A meta nacional BR1.3 almeja a universalização do acesso ao sistema de proteção social, em suas múltiplas modalidades, com foco na cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade. Ou seja, a adequação nacional visou, sobretudo, compatibilizar o enunciado excessivamente vago da meta global 1.3 com o arcabouço institucional brasileiro e aumentar o grau de exigência para obtenção da meta – não é mais suficiente obter “cobertura substancial dos pobres e vulneráveis”, mas sim a cobertura integral.

O gráfico 7 apresenta cinco indicadores dessa meta que possuem informações disponíveis. Embora inevitavelmente limitados, pois dizem respeito apenas a contribuições e benefícios monetários, esses indicadores ilustram tanto o alcance quanto as limitações do sistema brasileiro de proteção social.

GRÁFICO 7

Indicadores BR1.3.1-BR1.3.6: Acesso ao sistema brasileiro de proteção social – Brasil (Em %)

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018) e IBGE/PNS (IBGE, 2015).

Obs.: Ver fichas técnicas no anexo C para mais informações sobre os indicadores.

O primeiro indicador (BR1.3.1) é o mais próximo da universalização: quase 90% dos indivíduos com 65 anos ou mais já recebem benefícios previdenciários ou do BPC, o que atesta o escopo do sistema de proteção aos idosos no Brasil. O que falta agora é incluir os que estão fora, o que não será necessariamente simples, afinal, desde pelo menos meados da década de 2010, esse indicador flutua no patamar atual. Embora haja um número significativo de idosos relativamente ricos que não recebem benefícios, não se pode esquecer que há também muitos indivíduos com rendimentos baixos. Pouco mais de 40% dos idosos que não recebem benefícios previdenciários ou assistenciais estão na metade mais pobre da população, de acordo com sua renda domiciliar *per capita*, enquanto apenas 22% dos que recebem benefícios encontram-se nessa situação.

O gráfico 7B, referente ao indicador BR1.3.2, diz respeito à cobertura da Previdência e do BPC entre a população com deficiência com renda abaixo da linha de pobreza definida na meta BR1.1, isto é, US\$ 3,20 *per capita* por dia (R\$ 236 mensais em 2017), com o cálculo feito a partir da renda domiciliar *per capita* líquida dos benefícios em questão. Infelizmente, esse indicador só pôde ser construído para 2013, pois depende de informações disponíveis apenas na PNS. O indicador estimado mostra que quase 70% das pessoas pobres com deficiência recebem um dos dois benefícios, percentual já bastante elevado, mas que ainda está a uma distância razoável da meta de universalização.

O gráfico 7C, por sua vez, informa sobre o percentual da força de trabalho ocupada que contribui para a Previdência Social (indicador BR1.3.3). Em 2016, na linha de base do ODS, 65,1% dos ocupados eram contribuintes da previdência, valor que se reduziu em 2 p.p. no ano posterior. Embora qualquer retrocesso seja indesejado, é digno de nota que esse indicador tenha caído tão pouco em meio à forte recessão enfrentada pelo país.⁷ Para atingirmos a meta, contudo, é preciso muito mais do que não piorar. Ir além do pico recente de cerca de dois terços da força de trabalho será um desafio formidável, que dependerá tanto de uma recuperação econômica prolongada quanto de políticas de inclusão previdenciária.

O gráfico 7D trata da cobertura do Programa Bolsa Família (PBF) entre a população pobre, definida pela linha de pobreza da meta BR1.1 (US\$ 3,20 *per capita* por dia, ou R\$ 236 por mês), que é aplicada aos rendimentos domiciliares *per capita* subtraindo-se as transferências do próprio PBF. Os números indicam uma taxa de cobertura em torno de dois terços, similar aos casos anteriores, com leve tendência de queda de 2016 para 2017. Aqui, o maior desafio para a universalização está no próprio desenho do programa, uma vez que a linha de pobreza adotada como referência para os ODS é superior à linha oficial de elegibilidade do PBF (R\$ 178 mensais *per capita*).

O gráfico 7E (indicador BR1.3.6) apresenta os menores percentuais de cobertura da proteção social dos indicadores da meta BR1.3. A proteção social entre mulheres em idade reprodutiva, isto é, dos 15 aos 49 anos, seja na forma de contribuições previdenciárias, seja como benefícios previdenciários ou assistenciais, foi de 58,3% em 2016, número ainda longe da universalização.

Meta 1.4 (Nações Unidas) – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

Meta 1.4 (Brasil) – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços básicos, novas tecnologias para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso à terra e recursos naturais.

A meta global 1.4 trata da democratização do acesso a recursos produtivos. A proposta de adequação nacional mantém essa característica, apenas simplificando a redação para dar maior ênfase aos direitos civis e aos insumos necessários à participação no processo produtivo.

Não obstante o escopo do texto original, a meta global prevê apenas dois indicadores: a proporção da população vivendo em domicílios com acesso a serviços básicos e a proporção de adultos com direitos de propriedade à terra garantidos por lei e também na prática. Já a proposta de adequação à realidade brasileira optou por deixar a definição de indicadores específicos para um momento futuro.

Dessa forma, infelizmente, ainda não há indicadores disponíveis para essa meta. No caso do acesso a serviços básicos, o que falta é apenas a definição dos serviços que devem ser considerados “básicos”. Já para o segundo indicador faltam tanto dados quanto definições bem estabelecidas.

7. Esse resultado não é um artefato do recorte temporal utilizado. A série trimestral da PNAD Contínua começa em 62%, no início de 2012, antes da crise, sobe até o pico de 66%, em 2016, e depois recua para 63%, no terceiro trimestre de 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5947>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

Meta 1.5 (Nações Unidas) – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Meta 1.5 (Brasil) – Mantida a meta original.

A meta global 1.5 aborda a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência dos mais pobres com relação a eventos extremos e desastres ambientais, econômicos ou sociais. No momento, somente dois dos quatro indicadores previstos para esta meta estão disponíveis.

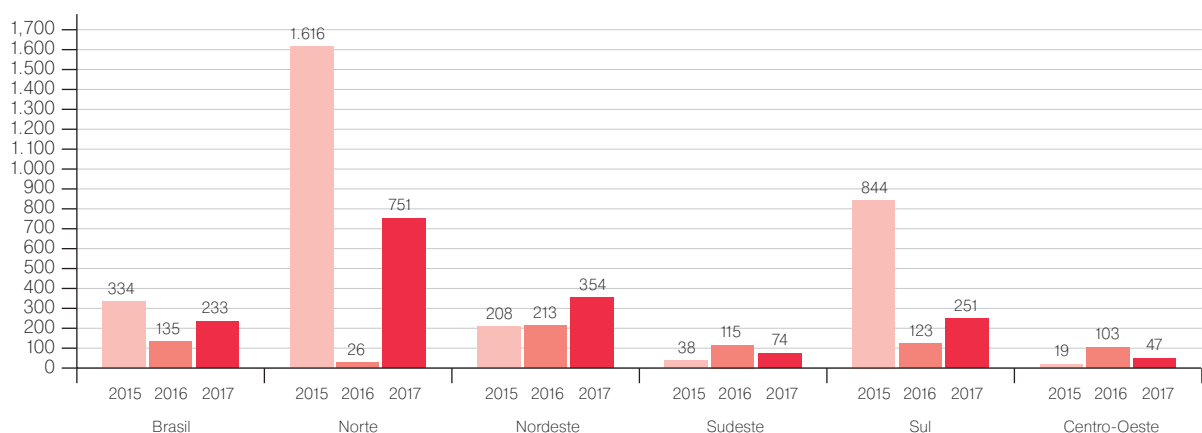
O gráfico 8 traz os resultados para o primeiro deles – o número de mortos, desaparecidos e diretamente afetados por desastres por 100 mil habitantes – para o Brasil e por Grandes Regiões (indicador 1.5.1). Como explicado no anexo C, os “desastres” são definidos como eventos adversos (naturais ou provocados pelo homem) em um ecossistema vulnerável que causam danos humanos, materiais e/ou ambientais. A meta não estipula explicitamente uma linha de chegada nem quantifica a redução esperada neste indicador até 2030.

Dois características chamam atenção nos resultados. A primeira característica demonstra que há uma imensa variação no indicador de um ano para o outro, mesmo quando olhamos apenas para os números nacionais. Isso não é de todo surpreendente, pois se trata, por definição, de eventos extremos, mas ainda assim a magnitude das oscilações impõe cautela: é evidente que não é possível fazer julgamentos definitivos comparando apenas dois pontos no tempo, sendo necessário observar intervalos mais longos para o monitoramento desse indicador até 2030. Afinal, quedas abruptas podem sinalizar somente a ausência de fortes chuvas, secas e afins, e não a redução da exposição ou da vulnerabilidade a tais eventos.

A segunda característica é a enorme variação regional, com a região Norte e, em menor grau, a região Sul apresentando picos muito pronunciados. O estado do Amazonas registrou os dois maiores valores entre todas as Unidades da Federação (UFs) no período analisado, com 5.758 mortos, desaparecidos ou afetados por 100 mil habitantes em 2015 e 2.142 em 2017. Acre (4.701 por 100 mil em 2015), Rio Grande do Sul (1.433 por 100 mil em 2015) e Santa Catarina (1.154 por 100 mil em 2015) vêm em seguida.

GRÁFICO 8

Indicador 1.5.1: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas devido a desastres por 100 mil habitantes – Brasil e Grandes Regiões (2015-2017)



Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).

Obs.: Ver fichas técnicas no anexo C para mais informações sobre o indicador.

O gráfico 9 reporta informações de 2013, extraídas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), com a proporção de governos municipais que adotam e implementam estratégias de redução de risco de desastres de acordo com as estratégias nacionais sobre o assunto. A linha azul horizontal marca a média registrada para todo o Brasil, enquanto as barras verticais, ordenadas do menor para o maior, representam os percentuais vistos em cada UF.

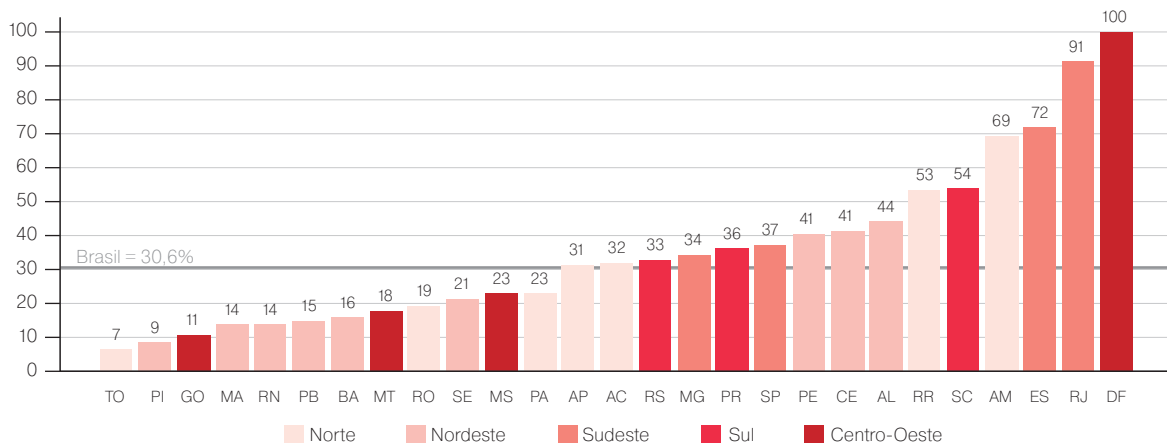
Apesar de, mais uma vez, não haver meta quantitativa para esse indicador, é inegável que a média nacional é baixa: menos de 31% dos governos municipais possuem estratégias de redução de risco de desastres. A heterogeneidade estadual é imensa, tendo o Rio de Janeiro como o destaque mais positivo, além do Distrito Federal. Na outra ponta, predominam estados da região Nordeste, como Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, junto com alguns das regiões Norte (Tocantins e Rondônia) e do Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso).

Um ponto que ultrapassa o escopo deste documento, mas que merece ser explorado mais a fundo, é a relação entre os gráficos 8 e 9. Como visto, a região Norte é a que tem a maior taxa de mortos, desaparecidos e afetados por desastres. No entanto, as UFs com maiores índices não são as que estão em pior colocação no gráfico 9, pelo contrário: o Amazonas é a quarta UF com maior proporção de governos locais com estratégias de redução de riscos (72%), o que não foi suficiente para impedir que o estado liderasse por uma larga margem no que diz respeito às taxas de perdas e desaparecimento por desastres. Resta saber se o problema está na inadequação ou na falta de efetividade das estratégias locais ou se o problema se concentra nos municípios que não possuem tais estratégias.

GRÁFICO 9

Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres – Brasil e UFs (2013)

(Em %)



Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).

Obs.: Ver fichas técnicas no anexo C para mais informações sobre o indicador.

3 METAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Meta 1.A (Nações Unidas) – Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

Meta 1.A (Brasil) – Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater pobreza, conforme perseguido nas metas 1.1 e 1.2.

A meta global 1.A diz respeito à garantia de financiamento adequado para as políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza. Seu foco está na cooperação internacional necessária para que os países menos desenvolvidos possam implementar políticas efetivas. Por isso, na proposta de adequação, optou-se por simplificar a meta, mantendo como destaque a garantia de recursos para os programas e as políticas que têm como objetivo o combate à pobreza, no âmbito das metas 1.1 e 1.2.

Nenhum dos três indicadores previstos para a meta global encontra-se disponível.⁸ Já a meta nacional deixou em aberto a definição de indicadores específicos.

Apesar disso, a experiência brasileira com programas de combate à pobreza serve para situar o país em relação à meta. A iniciativa mais conhecida é, sem dúvida, o PBF, que, em 2013, recebeu o primeiro Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social (*Award for Outstanding Achievement in Social Security*), da Associação Internacional de Seguridade Social (Issa, na sigla em inglês).

Criado em 2003, a partir da unificação de programas pré-existentes, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda focalizado em famílias pobres e extremamente pobres e que exige como contrapartida o cumprimento de compromissos em saúde e educação para famílias com crianças e adolescentes. O programa atende atualmente a 13,9 milhões de famílias, que compreendem 43,4 milhões de pessoas, ou quase 25% da população. Essas famílias recebem em média R\$ 188 mensais, de modo que o orçamento anual do programa soma pouco mais de 0,4% do produto interno bruto (PIB).

O Bolsa Família é um dos programas federais mais estudados, e as conclusões são fortemente favoráveis, com efeitos positivos no combate à pobreza, na redução da desigualdade e em indicadores de saúde infantil.

Em outras palavras, o Brasil já financia um dos maiores programas de transferência condicional de renda do mundo. No âmbito do ODS, nossa tarefa, portanto, é calibrar o tamanho do programa para que ele possa também contribuir decisivamente para alcançarmos as metas propostas. Nesse sentido, há a necessidade de reforçar significativamente as transferências monetárias voltadas para crianças de até 14 anos, como ficou claro na discussão das desagregações da meta BR1.1. Hoje, os benefícios do Bolsa Família incluem o Benefício de Superação da Extrema Pobreza, que garante uma renda *per capita* mínima de R\$ 89. Não há necessidade, portanto, de criação de uma nova institucionalidade, mas, sim, de reajustar esse valor mínimo, pelo menos para famílias com crianças.

Ou seja, garantir ao Bolsa Família orçamento suficiente para que o programa seja ainda mais efetivo no combate à pobreza será um desafio a ser enfrentado nos próximos anos. Como o país se encontra em uma situação fiscal delicada e nossa carga tributária bruta ultrapassa 30% do PIB, isso provavelmente exigirá cortes em outras áreas. Dependendo das decisões que forem tomadas, o saldo final pode ser tanto positivo (reforço de políticas de combate à pobreza e melhora no perfil distributivo do Estado) quanto negativo (cortes em outros programas que beneficiam os mais pobres ou mesmo congelamento do Bolsa Família).

Meta 1.B (Nações Unidas) – Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

8. Ver lista de indicadores no anexo B.

Meta 1.B (Brasil) – Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

Enquanto a meta 1.A trata do financiamento de políticas de desenvolvimento social, a meta global 1.B aborda sua gestão e institucionalização, mais uma vez com foco na cooperação internacional. Por isso, de novo, a proposta de adequação à realidade brasileira priorizou a construção, em nível nacional, de marcos efetivos e sustentáveis.

Mais uma vez, nem a meta global nem a nacional possuem indicadores já calculados. Com efeito, a pobreza é um fenômeno amplo, influenciado direta ou indiretamente por políticas e programas de inúmeras áreas, desde a gestão macroeconômica até a assistência social. Mesmo no campo social *stricto sensu*, as possibilidades são vastas, e, de fato, o Brasil possui um amplo leque de políticas já consolidadas nos três níveis federativos (federal, estadual e municipal).

Vale retomar, contudo, o exemplo específico do PBF para ilustrar um caso inovador e de sucesso em termos institucionais. Afinal, embora seja um programa federal, o Bolsa Família é gerido de forma descentralizada, em cooperação com estados e municípios. Estes últimos, em particular, têm papel fundamental, pois são responsáveis pelo cadastramento e atualização dos dados das famílias e acompanhamento das condicionalidades.

Em particular, um dos motivos para o sucesso do Bolsa Família foi a consolidação e o aprimoramento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que se tornou, desde 2003, o principal instrumento para identificar e caracterizar famílias de baixa renda e selecionar beneficiários de programas federais. Atualmente, o CadÚnico possui 26,9 milhões de famílias cadastradas, totalizando 74,6 milhões de pessoas, mais de um terço da população. O CadÚnico é gerido pelo Ministério da Cidadania, operado pela Caixa Econômica Federal e abastecido com informações fornecidas por estados e municípios, sendo usado obrigatoriamente para seleção de beneficiários e concessão de benefícios de um número crescente de programas sociais. Mais recentemente, por exemplo, houve integração do BPC – um programa constitucional de transferência de renda para idosos e pessoas com deficiência pobres – ao CadÚnico.

A existência do CadÚnico permite a racionalização e a melhoria contínua dos programas sociais brasileiros, abrindo possibilidades para aumentar a complementaridade entre programas. Um exemplo recente nessa área é o Programa Criança Feliz, atualmente em fase piloto, com designação aleatória de tratamento, que permitirá uma avaliação mais precisa do seu impacto. O Criança Feliz é direcionado para famílias com gestantes e/ou crianças de até 3 anos beneficiárias do Bolsa Família e para famílias com crianças de até 6 anos beneficiárias do BPC e/ou afastadas do convívio familiar por causa de medidas de proteção. O objetivo do programa é promover o desenvolvimento humano a partir do acompanhamento integral na primeira infância, com visitas domiciliares de apoio às famílias, estímulo do desenvolvimento e disseminação de informações e melhores práticas. O programa é gerido por um comitê gestor interministerial e, seguindo as recomendações anteriores, tem como fundamento a cooperação com estados e municípios.

4 CONCLUSÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um compromisso internacional decisivo para promover a prosperidade compartilhada para as gerações atuais e futuras. O fim da pobreza, tema geral do primeiro objetivo, desempenha papel central nessa agenda de transformação, constituindo condição fundamental para que todos os seres humanos tenham a possibilidade de explorar seu potencial com dignidade.

As metas globais e nacionais que compõem o objetivo de erradicação da pobreza indicam que o Brasil tem um caminho difícil, mas factível pela frente. Evidentemente, esse diagnóstico pressupõe que os efeitos deletérios da longa recessão entre 2014 e 2016 já ficaram para trás, o que, nesse momento, ainda não pode ser afirmado com certeza absoluta. Afinal, os indicadores com informações disponíveis para 2016 e 2017 mostraram piores generalizadas de um ano para o outro, sem exceções, ainda que, felizmente, a magnitude das mudanças seja quase sempre pequena. Espera-se que os números para 2018, quando disponíveis, indiquem uma inflexão nessa tendência.

Caso isso se confirme, o fim da pobreza extrema até 2030 – seja pela linha de pobreza da meta global 1.1. (US\$ 1,90 *per capita* por dia), seja pela linha da meta nacional BR1.1 (US\$ 3,20 *per capita* por dia) – está ao nosso alcance, desde que o país consiga reverter a deterioração recente, acelerar a recuperação econômica e promover avanços no padrão de vida dos grupos mais afetados. O mesmo vale para as metas global 1.2 e nacional BR1.2, que preveem a redução à metade da taxa de pobreza definida por uma linha ainda mais alta, de US\$ 5,50 *per capita* por dia.

Em termos regionais, precisamos priorizar o combate à pobreza em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste. Em termos demográficos, o foco deve recair sobre as crianças e as populações preta e parda. A combinação de crescimento econômico com transferências monetárias e ações de inclusão produtiva e desenvolvimento regional é a mais promissora. Naturalmente, cada um desses pilares traz suas próprias dificuldades, o que exigirá o monitoramento e a avaliação contínuos das iniciativas para evitar a repetição de erros do passado.

A universalização do acesso ao sistema de proteção social, conforme previsto pela meta nacional BR1.3, será talvez mais difícil, mas não há motivo para considerá-la impossível. A cobertura previdenciária e a assistencial entre idosos já estão próximas do acesso universal, enquanto os demais indicadores disponíveis oscilam entre 55% e 70% – valores consideráveis, mas ainda distantes do objetivo final. O acesso à proteção social para mulheres em idade reprodutiva apresenta os percentuais mais baixos, merecendo caráter prioritário tanto pelo nível do indicador quanto por sua complementaridade com o combate à pobreza entre crianças.

Por fim, a análise da meta global 1.5 reiterou que também temos muito a fazer no que diz respeito à redução da exposição a desastres ambientais, econômicos e sociais e à construção da resiliência a eles entre os pobres e vulneráveis. Mais uma vez, a heterogeneidade regional chama atenção: por exemplo, as regiões Norte e Sul concentram as maiores taxas de mortos, desaparecidos e afetados diretamente por desastres. Já a baixa proporção de governos locais com estratégias de redução de riscos merece ser estudada mais a fundo: contrariamente ao esperado, várias das UFs com percentuais relativamente altos também lideram o *ranking* de mortos, desaparecidos e afetados, sendo necessário, portanto, avaliar em que medida essas estratégias de fato cumprem seus objetivos.

Infelizmente, nada pode ser dito no momento a respeito das demais metas globais e nacionais, por falta de indicadores disponíveis, algo que deve ser progressivamente remediado nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Microdados. Disponível em: <encurtador.com.br/deozK>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Microdados. Disponível em: <encurtador.com.br/pyALO>. Acesso em: 3 dez. 2018.

_____. **Plataforma ODS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://ods.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington, DC: The World Bank, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2yyUix5>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

ANEXO A

QUADRO A.1

Lista completa de metas globais e nacionais

Meta global	Meta nacional
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.	BR. 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 <i>per capita</i> por dia.
1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.	BR1.2 Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.
1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.	BR1.3 Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.	BR1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços básicos, novas tecnologias para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso à terra e recursos naturais.
1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.	Meta mantida sem alteração.
1.A Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.	BR1.A Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.
1.B Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.	BR1.B Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

ANEXO B

QUADRO B.1

Lista completa e situação dos indicadores globais e nacionais

Meta		Código e Descrição do Indicador	Situação
Código	Tipo		
1.1	Global	1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).	Disponível
BR1.1	Nacional	BR1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza, por sexo, idade, cor ou raça, status de ocupação, macrorregiões e localização geográfica (urbano/rural).	Disponível
1.2	Global	1.2.1 Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).	Disponível
		1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais.	Em análise
BR1.2	Nacional	BR1.2.1 Percentual da população abaixo da linha de pobreza de 2011 PPC\$ 5,50 <i>per capita</i> por dia, por sexo, idade, cor ou raça e localização geográfica.	Disponível
1.3	Global	1.3.1 Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.	Sem dados
BR1.3	Nacional	BR1.3.1 Percentual da população com 65 anos ou mais que recebe benefícios previdenciários ou do Benefício de Prestação Continuada, por sexo, cor ou raça e região.	Disponível
		BR1.3.2 Percentual da população pobre (definida conforme a meta 1.1) com deficiência coberta pelo Benefício de Prestação Continuada, por faixa etária.	Disponível
		BR1.3.3 Percentual da força de trabalho ocupada que contribui para a previdência social, por sexo, cor ou raça, faixa etária, região e posição na ocupação.	Disponível
		BR1.3.4 Percentual da força de trabalho desocupada que recebe seguro desemprego, por sexo, faixa etária, cor ou raça e região.	Sem dados
		BR1.3.5 Percentual da população pobre (definida conforme a meta 1.1) coberta pelo Programa Bolsa Família, por sexo, cor ou raça, faixa etária e região.	Disponível
		BR1.3.6 Percentual de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que contribuem para a Previdência Social ou recebem benefícios previdenciários ou recebem transferências do Programa Bolsa Família.	Disponível
1.4	Global	1.4.1 Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos.	Sem metodologia global
		1.4.2 Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse.	Sem dados
BR1.4	Nacional	N/D	N/D

Meta		Código e Descrição do Indicador	Situação
Código	Tipo		
1.5	Global	1.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes.	Disponível
		1.5.2 Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global.	Sem dados
		1.5.3 Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030.	Em análise
		1.5.4 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.	Disponível
1.A	Global	1.A.1 Proporção de recursos gerados domesticamente alocados pelo governo diretamente a programas de redução de pobreza.	Sem metodologia global
		1.A.2 Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social).	Sem dados
		1.A.3 Soma das subvenções totais e das entradas que não geram dívidas diretamente alocadas a programas de redução da pobreza como proporção do PIB.	Sem metodologia global
BR1.A	Nacional	N/D	N/D
1.B	Global	1.B.1 Proporção das despesas governamentais recorrentes e de capital em setores que beneficiam desproporcionalmente mulheres, grupos pobres e vulneráveis.	Sem metodologia global
BR1.B	Nacional	N/D	N/D

Obs.: N/D significa não disponível, isto é, a meta nacional não propõe nenhum indicador novo.

ANEXO C**FICHAS TÉCNICAS DOS INDICADORES GLOBAIS E NACIONAIS DISPONÍVEIS**

QUADRO C.1

Meta global 1.1 – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

Código	Metadado	Descrição
1.1.1	Indicador	Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).
	Definição	Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> . Linha de pobreza: US\$ 1,90 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPC\$ 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
	Fórmula	$H = \left(\frac{Q}{N}\right) * 100$, em que <i>Q</i> é o total de pessoas abaixo da linha de pobreza e <i>N</i> é o total da população.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Anual: 2016 e 2017.

QUADRO C.2

Meta nacional BR1.1 – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia

Código	Metadado	Descrição
BR1.1.1	Indicador	Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, cor ou raça, status de ocupação, macrorregiões e localização geográfica (urbano/rural).
	Definição	Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> . Linha de pobreza: US\$ 3,20 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPC\$ 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo IBGE.
	Fórmula	$H = \left(\frac{Q}{N}\right) * 100$, em que <i>Q</i> é o total de pessoas abaixo da linha de pobreza e <i>N</i> é o total da população.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

QUADRO C.3

Meta nacional 1.2 – Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

Código	Metadado	Descrição
1.2.1	Indicador	Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).
	Definição	Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> . Linha de pobreza: US\$ 5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPP 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo IBGE.
	Fórmula	$H = \left(\frac{Q}{N}\right) * 100$, em que Q é o total de pessoas abaixo da linha de pobreza e N é o total da população.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

QUADRO C.4

Meta nacional BR1.2 – Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais

Código	Metadado	Descrição
BR1.2.1	Indicador	Percentual da população abaixo da linha de pobreza de 2011 PPC\$ 5,50 <i>per capita</i> por dia, por sexo, idade, cor ou raça, status de ocupação, macrorregiões e localização geográfica (urbano/rural).
	Definição	Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> . Linha de pobreza: US\$ 5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPP 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo IBGE.
	Fórmula	$H = \left(\frac{Q}{N}\right) * 100$, em que Q é o total de pessoas abaixo da linha de pobreza e N é o total da população.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

QUADRO C.5

Meta Nacional BR1.3 – Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade

Código	Metadado	Descrição
BR1.3.1	Indicador	Percentual da população com 65 anos ou mais que recebe benefícios previdenciários ou do Benefício de Prestação Continuada, por sexo, cor ou raça, região e localização geográfica (urbano/rural).
	Definição	Benefícios previdenciários: aposentadorias e pensões.
	Fórmula	$H = 100 * (B + P) / N$, em que B é o número de indivíduos que recebem BPC, P é o número de indivíduos que recebem benefícios previdenciários e N é a população com 65 anos ou mais.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

Código	Metadado	Descrição
BR1.3.2	Indicador	Percentual da população pobre (definida conforme a meta BR1.1) com deficiência coberta pela Previdência Social ou Benefício de Prestação Continuada, por faixa etária.
	Definição	<p>Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> exclusive rendimentos previdenciários ou do BPC.</p> <p>População pobre: população com renda abaixo de US\$ 3,20 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPP 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo IBGE.</p> <p>Pessoa com deficiência: indivíduos que afirmaram possuir deficiência intelectual, física, auditiva e/ou visual capaz de limitar ao menos “um pouco” suas atividades habituais.</p> <p>Benefícios previdenciários: aposentadorias e pensões.</p>
	Fórmula	$H = 100 * (B + P)/N$, em que <i>B</i> é o número de pessoas pobres com deficiência que recebem o BPC, <i>P</i> é o número de pessoas pobres com deficiência que recebem benefícios previdenciários e <i>N</i> é o total de pessoas pobres com deficiência.
	Periodicidade	Eventual.
	Fonte de dados	IBGE/Pesquisa Nacional de Saúde: 2013.
BR1.3.3	Indicador	Percentual da força de trabalho ocupada que contribui para a previdência social, por sexo, cor ou raça, faixa etária, região e posição na ocupação.
	Definição	Força de trabalho ocupada: pessoas com 14 anos ou mais que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas na semana de referência.
	Fórmula	$H = 100 * C/N$, em que <i>C</i> é o número de indivíduos na força de trabalho ocupada que contribui para a previdência social e <i>N</i> é o total de indivíduos na força de trabalho ocupada.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.
BR1.3.5	Indicador	Percentual da população pobre (definida conforme a meta 1.1) coberta pelo Programa Bolsa Família, por sexo, cor ou raça, faixa etária e região.
	Definição	<p>Conceito de renda: renda domiciliar <i>per capita</i> exclusive rendimentos do Programa Bolsa Família.</p> <p>População pobre: população com renda abaixo de US\$ 3,20 por dia, aos preços internacionais de 2011 (PPP 2011), atualizada com deflatores regionais calculados pelo IBGE.</p>
	Fórmula	$H = 100 * BF/N$, em que <i>BF</i> é o número de pessoas em famílias pobres que recebem o Programa Bolsa Família e <i>N</i> é o total de pessoas pobres.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

Código	Metadado	Descrição
BR1.3.6	Indicador	Percentual de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que contribuem para a Previdência Social ou recebem benefícios previdenciários ou recebem transferências do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, por região, cor ou raça e faixa etária.
	Definição	Mulheres em idade reprodutiva: todas as mulheres de 15 a 49 anos. Benefícios previdenciários: aposentadorias e pensões.
	Fórmula	$H = 100 * M/N$, em que M é o número de mulheres em idade reprodutiva que contribuem para a Previdência Social ou recebem benefícios previdenciários ou recebem transferências do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, e N é o total de mulheres em idade reprodutiva.
	Periodicidade	Anual.
	Fonte de dados	IBGE/PNAD Contínua Anual: 2016 e 2017.

QUADRO C.6

Meta global 1.5 – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

Código	Metadado	Descrição
1.5.1	Indicador	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes.
	Definição	Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Mortos: pessoas que morreram durante o desastre, ou diretamente depois, como resultado do evento perigoso. Desaparecidos: pessoas cujo paradeiro é desconhecido desde o evento perigoso. Inclui pessoas que são supostas mortas, embora não haja provas físicas. Os dados sobre o número de mortes e o número de desaparecidos são mutuamente exclusivos. Diretamente afetados: pessoas que sofreram danos, doenças ou outros efeitos à saúde; que foram evacuados, deslocados, realocados ou sofreram danos diretos aos seus meios de subsistência, ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais, compondo as categorias feridos, enfermos, desabrigados e desalojados do S2ID.
	Fórmula	$(M + D + A) * 100,000/P$, em que M , D e A são respectivamente, o número de mortos, desaparecidos e afetados (isto é, soma de feridos, enfermos, desabrigados e desalojados) e P é a população total.
	Periodicidade	Anual.
	Fontes de dados	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; Estimativas de População, do IBGE.

Código	Metadado	Descrição
1.5.4	Indicador	Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.
	Definição	<p>Risco: potencialidade de que ocorra um acidente, um desastre, um evento físico que resulte em perdas e danos sociais ou econômicos.</p> <p>Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.</p> <p>Governo local: governo municipal.</p> <p>Gestão de riscos: processo de adaptação de políticas, estratégias e práticas orientadas a reduzir o risco e minimizar seus efeitos, e implica intervenções sobre as causas que geram vulnerabilidades e perigos.</p> <p>Dimensões de redução de riscos instrumento de planejamento; gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações; gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de deslizamentos de encostas; cadastro para realocação de população de baixa renda em área de risco; equipe para gestão de riscos e resposta a desastres.</p> <p>Estratégia local: existência de ao menos um item, conforme lista definida no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013, em pelo menos três das cinco dimensões elencadas acima.</p>
	Fórmula	$(C + D + E) * 100/T$, em que , C, D e E representam os números de municípios com, respectivamente, 3, 4 e 5 estratégias de redução de riscos e T é o número de municípios por estado.
	Periodicidade	Eventual.
	Fonte de dados	Pesquisa de Informações Básicas Municipais: 2013.

ANEXO D**INDICADORES DISPONÍVEIS**

TABELA D.1

Meta 1.1: Indicador global 1.1.1 – População abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 1,90 per capita por dia (em dólares internacionais de 2011), por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica – urbano/rural (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		6,6	7,4
Sexo	Mulheres	6,5	7,3
	Homens	6,6	7,4
Área do domicílio	Rural	17,4	19,1
	Urbana	4,7	5,4
Faixas etárias	0 a 5 anos	11,4	12,7
	6 a 14 anos	11,4	12,4
	15 a 17 anos	9,9	10,7
	18 a 24 anos	7,0	7,8
	25 a 29 anos	6,0	7,4
	30 a 39 anos	6,1	6,7
	40 a 49 anos	5,8	6,6
	50 a 59 anos	4,7	5,4
	60 a 69 anos	1,9	2,5
	70 anos ou mais	0,9	0,7
Somente população ocupada			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		2,7	2,9
Sexo	Mulheres	2,2	2,4
	Homens	3,0	3,3
Área do domicílio	Rural	11,1	11,5
	Urbana	1,5	1,8
Faixas etárias	14 a 17 anos	8,2	8,7
	18 a 24 anos	2,9	3,4
	25 a 29 anos	2,5	3,0
	30 a 39 anos	2,8	2,9
	40 a 49 anos	2,9	3,0
	50 a 59 anos	2,4	2,7
	60 a 69 anos	1,0	1,4
	70 anos ou mais	0,4	0,5

Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).

TABELA D.2

Meta BR1.1: Indicador nacional BR1.1.1 – População abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 3,20 per capita por dia (em dólares internacionais de 2011), por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica – urbano/rural (2016-2017) (Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		12,8	13,3
Sexo	Mulheres	12,8	13,2
	Homens	12,8	13,3
Cor ou raça	Branços	7,0	7,4
	Pardos	18,1	18,5
	Pretos	14,7	15,0
Área do domicílio	Rural	30,7	31,7
	Urbana	9,8	10,2
Região de moradia	Norte	24,1	23,3
	Nordeste	24,4	25,8
	Sudeste	6,7	7,0
	Sul	5,2	5,2
	Centro-Oeste	6,5	6,8
Faixas etárias	0 a 5 anos	22,6	22,8
	6 a 14 anos	22,7	23,4
	15 a 17 anos	20,1	20,5
	18 a 24 anos	13,8	14,2
	25 a 29 anos	11,4	12,4
	30 a 39 anos	12,0	12,4
	40 a 49 anos	10,7	11,4
	50 a 59 anos	8,4	8,9
	60 a 69 anos	3,6	4,2
70 anos ou mais	1,7	1,6	
Somente população ocupada			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		6,4	6,5
Sexo	Mulheres	5,4	5,7
	Homens	7,2	7,2
Cor ou raça	Branços	3,1	3,3
	Pardos	9,8	9,5
	Pretos	7,6	8,1
Área do domicílio	Rural	22,4	21,9
	Urbana	4,1	4,4
Região de moradia	Norte	15,7	14,6
	Nordeste	14,8	15,0
	Sudeste	2,5	2,8
	Sul	2,4	2,4
	Centro-Oeste	2,4	2,8

Somente população ocupada			
Recorte	Grupos	2016	2017
Faixas etárias	14 a 17 anos	16,1	17,1
	18 a 24 anos	7,0	7,2
	25 a 29 anos	6,0	6,4
	30 a 39 anos	7,1	7,0
	40 a 49 anos	6,6	6,6
	50 a 59 anos	5,6	5,6
	60 a 69 anos	2,7	3,1
	70 anos ou mais	1,0	1,1

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

TABELA D.3

Meta 1.2: Indicador global 1.2.1 – População vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica – urbano/rural (2016-2017)
(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		25,7	26,5
Sexo	Mulheres	25,8	26,4
	Homens	25,6	26,5
Área do domicílio	Rural	50,0	50,3
	Urbana	21,6	22,5
Faixas etárias	0 a 5 anos	43,4	43,9
	6 a 14 anos	42,6	43,2
	15 a 17 anos	37,9	39,2
	18 a 24 anos	28,5	29,2
	25 a 29 anos	24,1	25,6
	30 a 39 anos	24,9	25,7
	40 a 49 anos	21,9	22,9
	50 a 59 anos	16,8	18,0
	60 a 69 anos	9,3	10,1
	70 anos ou mais	5,5	5,5
Somente população ocupada			

Recorte	Grupos	2016	2017
Total		15,4	15,8
Sexo	Mulheres	13,3	13,8
	Homens	17,0	17,3
Área do domicílio	Rural	39,7	39,1
	Urbana	11,9	12,6
Faixas etárias	14 a 17 anos	29,9	31,7
	18 a 24 anos	17,5	17,6
	25 a 29 anos	15,3	15,9
	30 a 39 anos	17,3	17,6
	40 a 49 anos	15,8	16,0
	50 a 59 anos	12,4	12,9
	60 anos ou mais	6,7	7,3

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Obs.: A meta global 1.2 usa como referência o mesmo indicador da meta nacional BR1.2.

TABELA D.4

Meta BR1.2: Indicador nacional BR1.2.1 – População abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 5,50 per capita por dia (em dólares internacionais de 2011), por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica – urbano/rural (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		25,7	26,5
Sexo	Mulheres	25,8	26,4
	Homens	25,6	26,5
Cor ou raça	Branços	15,4	16,4
	Pardos	35,0	35,2
	Pretos	29,5	30,7
Área do domicílio	Rural	50,0	50,3
	Urbana	21,6	22,5
Região de moradia	Norte	43,7	43,1
	Nordeste	44,0	44,8
	Sudeste	16,1	17,4
	Sul	12,5	12,8
	Centro-Oeste	17,3	16,9
Faixas etárias	0 a 5 anos	43,4	43,9
	6 a 14 anos	42,6	43,2
	15 a 17 anos	37,9	39,2
	18 a 24 anos	28,5	29,2
	25 a 29 anos	24,1	25,6
	30 a 39 anos	24,9	25,7
	40 a 49 anos	21,9	22,9
	50 a 59 anos	16,8	18,0
	60 a 69 anos	9,3	10,1
70 anos ou mais	5,5	5,5	

Somente população ocupada

Recorte	Grupos	2016	2017
Total		15,4	15,8
Sexo	Mulheres	13,3	13,8
	Homens	17,0	17,3
Cor ou raça	Branços	8,4	9,1
	Pardos	22,3	22,0
	Pretos	18,7	19,7
Área do domicílio	Rural	39,7	39,1
	Urbana	11,9	12,6
Região de moradia	Norte	31,4	30,7
	Nordeste	31,4	31,3
	Sudeste	8,3	9,4
	Sul	6,8	7,1
	Centro-Oeste	8,8	9,0
Faixas etárias	14 a 17 anos	29,9	31,7
	18 a 24 anos	17,5	17,6
	25 a 29 anos	15,3	15,9
	30 a 39 anos	17,3	17,6
	40 a 49 anos	15,8	16,0
	50 a 59 anos	12,4	12,9
	60 a 69 anos	7,3	8,1
	70 anos ou mais	3,9	3,6

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Obs.: A meta global 1.2 usa como referência o mesmo indicador da meta nacional BR1.2.

TABELA D.5

Meta BR1.3: Indicador nacional BR1.3.1 – População com 65 anos ou mais que recebe benefícios previdenciários ou do Benefício de Prestação Continuada, por sexo, cor ou raça e região (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		87,9	87,8
Sexo	Mulheres	85,9	85,5
	Homens	90,7	90,9
Cor ou raça	Branços	87,4	87,2
	Pardos	89,0	88,9
	Pretos	88,0	87,8
Área do domicílio	Rural	94,5	94,8
	Urbana	86,8	86,6
Região de moradia	Norte	86,6	87,1
	Nordeste	91,4	91,0
	Sudeste	85,9	85,7
	Sul	89,9	89,5
	Centro-Oeste	85,0	85,7

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

TABELA D.6

Meta BR1.3: Indicador nacional BR1.3.2 – População pobre (definida conforme a meta 1.1) com deficiência coberta pelo Benefício de Prestação Continuada, por faixa etária (2013)

(Em %)

Brasil		
Recorte	Grupos	2013
	Total	69,1
Faixas etárias	0 a 17 anos	7,3
	18 a 29 anos	51,3
	30 a 64 anos	55,8
	65 anos ou mais	95,5

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2015).

TABELA D.7

Meta BR1.3: Indicador nacional BR1.3.3 – Força de trabalho ocupada que contribui para a previdência social, por sexo, cor ou raça, faixa etária, região e posição na ocupação (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
	Total	65,1	63,6
Sexo	Mulheres	66,8	65,3
	Homens	63,9	62,3
Cor ou raça	Branços	72,5	70,5
	Pardos	57,7	57,0
	Pretos	62,6	60,3
Região de moradia	Norte	46,2	45,5
	Nordeste	49,3	48,6
	Sudeste	72,8	70,3
	Sul	76,1	74,8
	Centro-Oeste	66,8	65,5
Faixas etárias	14 a 17 anos	21,1	16,9
	18 a 24 anos	59,5	57,0
	25 a 29 anos	69,1	67,4
	30 a 39 anos	69,5	68,5
	40 a 49 anos	68,1	67,1
	50 a 59 anos	67,2	65,3
	60 a 69 anos	53,8	52,9
	70 anos ou mais	28,4	24,9
Posição na ocupação	Empregados	79,0	77,7
	Empregadores	76,8	73,5
	Contas Próprias	31,2	30,3
	Trabalhadores familiares auxiliares	0,1	0,1

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

TABELA D.8

Meta BR1.3: Indicador nacional BR1.3.5 – População pobre (definida conforme a meta BR1.1) coberta pelo Programa Bolsa Família, por sexo, cor ou raça, faixa etária e região (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		67,5	66,1
Sexo	Mulheres	68,3	66,4
	Homens	66,7	65,8
Cor ou raça	Branco	58,8	57,5
	Pardos	71,1	69,1
	Pretos	64,7	67,2
Região de moradia	Norte	72,9	70,4
	Nordeste	77,3	75,6
	Sudeste	46,3	48,4
	Sul	50,3	42,3
	Centro-Oeste	51,0	50,0
Faixas etárias	0 a 5 anos	72,7	72,7
	6 a 14 anos	76,2	74,9
	15 a 17 anos	68,7	68,0
	18 a 24 anos	63,2	62,0
	25 a 29 anos	65,9	66,7
	30 a 39 anos	69,0	67,3
	40 a 49 anos	64,0	61,7
	50 a 59 anos	53,2	50,7
	60 a 69 anos	38,8	35,9
70 anos ou mais	33,3	33,7	

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

TABELA D.9

Meta BR1.3: Indicador nacional BR1.3.6 – Mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que contribuem para a Previdência Social ou recebem benefícios previdenciários ou recebem transferências do Programa Bolsa Família (2016-2017)

(Em %)

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Total		58,3	56,7
Cor ou raça	Branco	57,6	55,6
	Pardos	58,7	57,0
	Pretos	60,7	59,4
Região de moradia	Norte	58,8	57,1
	Nordeste	63,5	62,3
	Sudeste	55,5	53,4
	Sul	58,7	57,7
	Centro-Oeste	53,5	51,9

Brasil			
Recorte	Grupos	2016	2017
Faixas etárias	15 a 17 anos	32,3	29,2
	18 a 24 anos	47,4	46,0
	25 a 29 anos	63,3	61,5
	30 a 39 anos	66,7	65,3
	40 a 49 anos	63,2	61,7

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018).

TABELA D.10

Meta BR1.5: Indicador global 1.5.1 – Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes (2015-2017)

Recorte	2015	2016	2017
Brasil	334	135	233
<i>Norte</i>	<i>1.616</i>	<i>26</i>	<i>751</i>
Rondônia	336	22	63
Acre	4.701	-	544
Amazonas	5.785	92	2.143
Roraima	21	5	107
Pará	99	5	477
Amapá	336	0	191
Tocantins	-	-	-
<i>Nordeste</i>	<i>208</i>	<i>213</i>	<i>354</i>
Maranhão	39	34	35
Piauí	9	216	319
Ceará	398	310	316
Rio Grande do Norte	145	137	57
Paraíba	-	-	69
Pernambuco	276	174	865
Alagoas	15	269	802
Sergipe	0	-	5
Bahia	317	355	308
<i>Sudeste</i>	<i>38</i>	<i>115</i>	<i>74</i>
Minas Gerais	48	125	68
Espírito Santo	273	455	95
Rio de Janeiro	6	87	110
São Paulo	24	91	62
<i>Sul</i>	<i>844</i>	<i>123</i>	<i>251</i>
Paraná	61	38	6
Santa Catarina	1.154	156	429
Rio Grande do Sul	1.433	187	385
<i>Centro-Oeste</i>	<i>19</i>	<i>103</i>	<i>47</i>
Mato Grosso do Sul	65	556	48
Mato Grosso	17	30	103
Goiás	10	4	40
Distrito Federal	-	1	-

Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).

TABELA D.11

Meta BR1.5: Indicador global 1.5.4 – Governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres (2013)

(Em %)

Recorte	2013
Brasil	30,6
Rondônia	19,2
Acre	31,8
Amazonas	69,4
Roraima	53,3
Pará	22,9
Amapá	31,3
Tocantins	6,5
Maranhão	13,8
Piauí	8,5
Ceará	41,3
Rio Grande do Norte	13,8
Paraíba	14,8
Pernambuco	40,5
Alagoas	44,1
Sergipe	21,3
Bahia	15,8
Minas Gerais	34,3
Espírito Santo	71,8
Rio de Janeiro	91,3
São Paulo	37,1
Paraná	36,1
Santa Catarina	53,9
Rio Grande do Sul	32,8
Mato Grosso do Sul	22,8
Mato Grosso	17,7
Goiás	10,6
Distrito Federal	100

Fonte: Plataforma ODS (IBGE, 2019).